

POLÍTICAS PÚBLICAS

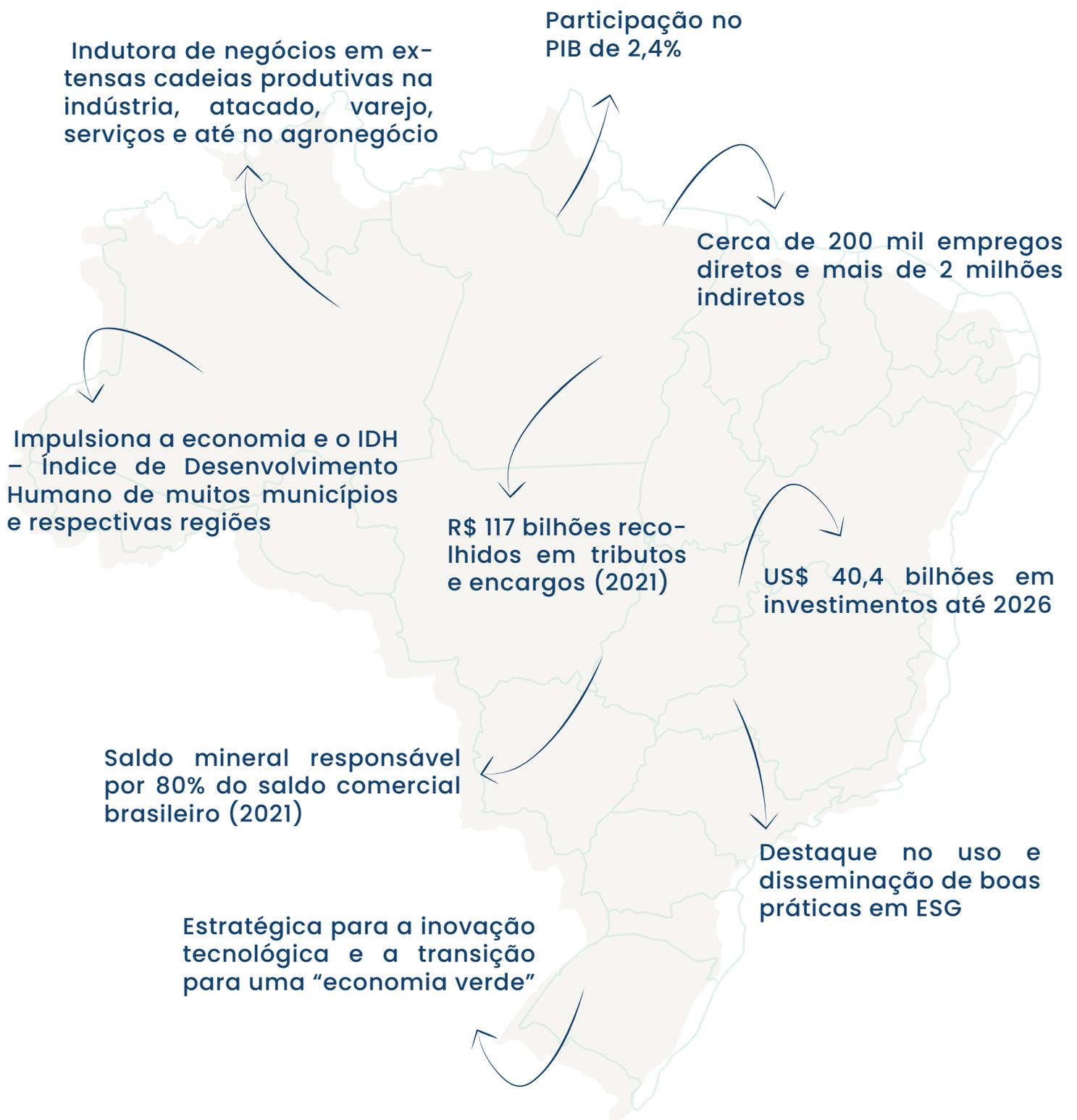
PARA A INDÚSTRIA MINERAL

MINERAÇÃO SUSTENTÁVEL E RESPONSÁVEL

como instrumento de políticas públicas de desenvolvimento regional e nacional

A mineração espera ser reconhecida pelos comitês de campanhas eleitorais e pelos futuros governantes como uma das mais importantes parceiras do desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil.

Está plenamente à disposição para prestar suas contribuições ao desenho deste novo futuro.





A mineração deve ser percebida como indutora de políticas públicas de longo prazo, voltadas a promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil.



A mineração pode situar o Brasil entre os protagonistas globais da inovação tecnológica e da transição para uma “economia verde”. Os minérios são essenciais para cumprir esta agenda: descarbonização e mitigação das mudanças climáticas; maior preservação ambiental; geração de energia a partir de fontes renováveis; desenvolvimento de motores elétricos; de sistemas de inteligência artificial etc.



Mineração influenciará ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Das 169 metas relacionadas aos ODS, 76 (45%) se relacionam à mineração.



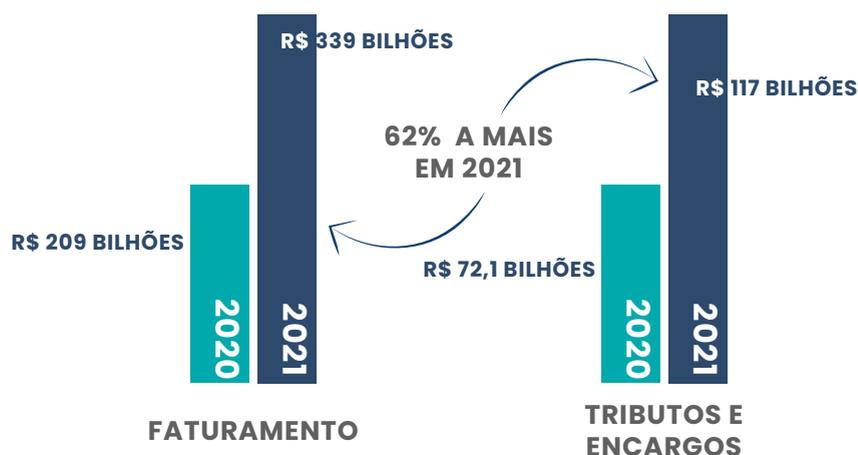
Brasil vai atrair US\$ 40,4 bilhões até 2026 para investimentos em mineração. Com mais estímulos à expansão da mineração sustentável, este valor poderia ser multiplicado várias vezes.



Estados que apoiam mais a mineração, receberão mais investimentos e vão gerar prosperidade.



A mineração é um dos setores que mais gera tributos e encargos ao país. Sempre que o faturamento aumenta, a arrecadação segue na mesma proporção.



O BRASIL E SUA MINERAÇÃO TÊM DESAFIOS A SUPERAR

Para a mineração cumprir seu papel de promover uma melhor qualidade de vida aos brasileiros, figurando como uma das bases para políticas públicas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico, e também para o Brasil cumprir seu papel na agenda verde, providências se mostram fundamentais, tais como:

01

fortalecer o orçamento da agência responsável pela regulação e fiscalização da mineração – a Agência Nacional de Mineração;

02

combater o garimpo irregular e a lavra ilegal de minérios, que têm gerado severos impactos negativos à floresta e às comunidades, especialmente na Amazônia;

03

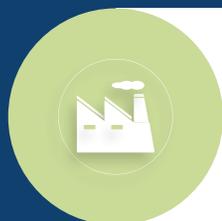
virar o jogo em relação à destruição ambiental que a lavra ilegal produz;

04

incentivar a pesquisa geológica em escala mais detalhada;

05

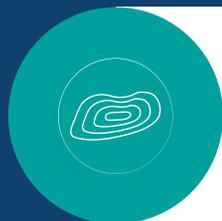
assegurar acesso mais amplo a territórios, muitos dos quais apresentam restrições legais à atividade econômica.



A Agência Nacional de Mineração (ANM), criada há poucos anos, apresenta ainda limitações para exercer a regulação e a fiscalização. Faltam pessoal, equipamentos e outras estruturas. Seu orçamento está contingenciado, embora haja recursos financeiros provenientes da atividade minerária (7% dos royalties do setor). ANM sólida é um sinal positivo para fortalecer a mineração do Brasil e atrair investimentos bilionários.



Lavra ilegal é crime contra a vida, o ambiente e a economia. Toneladas de minérios e milhões de reais são movimentados continuamente pelo crime organizado. No entanto, as vidas perdidas ou destruídas por essa ação criminosa devem inspirar ações mais incisivas do Estado para erradicar tais práticas.



Brasil desconhece seu verdadeiro potencial geológico. É preciso mais pesquisa mineral para transformar esse potencial em produção de riquezas e geração de benefícios aos brasileiros.

Apenas cerca de 4% do território apresenta mapeamento geológico em escala mais adequada para a mineração (escala de 1:50.000).

O ATRASO DO BRASIL EM PESQUISA

E apenas 23% na escala de 1:100.000.

Em outros países mineradores, como Canadá, Estados Unidos, Austrália e África do Sul, os distritos mineiros estão mapeados em escalas de semidetalhe (1/50.000) e de detalhe (1/25.000).

Cerca de 60% do território está mapeado nas escalas 1:250.000.

A moderna mineração, sustentável, segura e responsável com as pessoas e o meio ambiente, precisa ter maior acesso ao território, pois está sujeita à rigidez locacional dos depósitos minerais. É imprescindível eliminar barreiras à mineração:

na extensa Faixa de Fronteira;

em áreas protegidas. A mineração não pode mais ser encarada como uma atividade que apenas produz impactos. As empresas buscam exceder os padrões mínimos na preservação, conservação da biodiversidade e na recomposição das paisagens. A responsabilidade socioambiental é fator estratégico para a moderna mineração e ela pode ser uma grande aliada da preservação ambiental;

em terras indígenas, conforme estabelecido na Constituição de 1988, mediante amplo debate público e participação ativa dos povos tradicionais.

OCORRÊNCIAS MINERAIS NA FAIXA DE FRONTEIRA

Metais nobres
573 ocorrências

Metais não ferrosos e semimetais
525 ocorrências

Ferrosos
99 ocorrências

Assim como é preciso estimular a mineração voltada ao cumprimento da agenda verde global, há minérios também essenciais à promoção da qualidade de vida, cuja produção precisa ser dinamizada. É o caso:

1

dos minérios utilizados na fabricação de fertilizantes. O Brasil tem uma demanda gigantesca porque tem um agronegócio pujante, mas importa boa parte do que consome desses minérios – caso do potássio – e também do produto acabado (85% dos fertilizantes são importados). O país tem condições de produzir muito mais minérios para fabricar fertilizantes.

2

dos agregados para a construção civil, de modo a assegurar maior oferta e preços mais adequados a empresas e cidadãos. Como é uma mineração que acontece mais perto dos centros urbanos ela sofre limitações sérias à sua produção.

3

dos minérios estratégicos para desenvolver tecnologias voltados a efetivar a transição energética e também a de mobilidade, como: terras-raras, lítio, vanádio, tântalo, grafita, grafeno, cobalto, entre outros.

Legislação trabalhista, financiamento, tributação e monopólio. Uma agenda política para desenvolver o setor mineral no país precisa conter algumas providências, tais como:

Reforma/modernização da legislação trabalhista para o pleno exercício da mineração subterrânea, em alinhamento com os países mineradores concorrentes do Brasil;

Estabelecimento de condições amplas para facilitar acesso do setor mineral – principalmente para pequenas e médias companhias – ao crédito, a linhas de financiamento para seus empreendimentos minerários;

1

3

2

4

Compromisso com a manutenção das regras tributárias estabelecidas pela Lei Kandir, de modo a manter segurança jurídica e previsibilidade à exportação de minérios, atividade entre as mais importantes para a geração de divisas ao país e, conseqüentemente, altamente contribuinte para a estabilidade da economia;

Supressão do ultrapassado monopólio estatal federal sobre a mineração de minerais nucleares. Em vista dessa persistência, o Brasil deixa de aproveitar oportunidades nesse mercado por fechar as portas à iniciativa privada.

